

10. RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA INSTRUÇÃO DE PEDIDO NO ÂMBITO DO RERAE – EMPRESA AGOSTINHO DA COSTA RIBEIRO € FILHOS LDA.:

Da **DMUOP**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto no nº. 4, do artº. 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei nº. 165/14, de 5/11, e Lei nº. 21/2016, de 19/7, o processo em que a **EMPRESA AGOSTINHO DA COSTA RIBEIRO € FILHOS LDA**, solicita o reconhecimento de interesse público municipal.

Tem informação circunstanciada da DPRRU – Divisão de Planeamento e Revitalização, bem como do Sr. Vereador da Área do Urbanismo.

REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE),
aprovado pelo Decreto-Lei nº 165/2014, de 05/11 e prorrogado pela Lei nº 21/2016, de 19/07.

Processo 2017/114

Informação DPRRU nº 2023 de 25/08/2017

Concordo com a informação supra referenciada.

Ao Vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Prof. Miguel Bandeira,
para, concordando, remeter ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo
Municipal, tendo em vista a submissão do pedido à Assembleia Municipal nos
termos, com os fundamentos e para os efeitos ínsitos na referida informação
técnica da Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana.

Braga, 1 de Setembro de 2017

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento

(António Zamith Rosas)

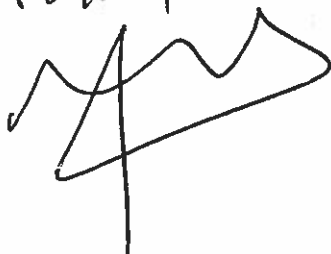
DESPACHOS:

Concordo.

Proceda-se nos termos propostos

A 25 de Setembro

2017



Município de Braga

5.9.2017

O Vereador, com competência delegada
por Despacho do Presidente da Câmara
de 28 de Outubro de 2013,



Miguel de Melo Bandeira, Prof.



BRAGA
Município

Receber & DNUOP
Concordo com a informação Eng. Tiago
da DTM. *30/8/2017*
Ruiel Araújo
DPRRU- DIVISÃO DE PLANEAMENTO REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Processo Obra: 2017/114

Registo de entrada: E/20763/2017

Requerente: Agostinho da Costa Ribeiro & Filhos Lda

Local da obra: Lugar do Fojo, Santa Lucrécia de Algeriz

Informação: 2023 de 25/08/2017

Assunto: Agostinho da Costa Ribeiro & Filhos Lda - Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERA

Técnico responsável: Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

Âmbito do parecer técnico

1. Pretende a empresa Agostinho da Costa Ribeiro & Filhos Lda, gestores da exploração da Pedreira do Fojo n.º 2-617, o reconhecimento do interesse público municipal previsto no n.º 4 do artigo 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERA, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07.

Análise Técnica

2. Pretende-se a ampliação da pedreira de 4,9 ha para 23,36 ha. Este pedido visa mais uma tentativa de regularização da atividade extrativa levada a cabo ininterruptamente face à falta de resposta aos processos de licenciamento de ampliação já submetidos (a este respeito analisar o descrito nas páginas 13 e 14 do pedido).

3. Face ao PDM a área de ampliação integra:

- a) Solo rural – Espaços afetos à exploração de recursos geológicos – subcategorias: Espaço de exploração consolidada (G1); Espaços a recuperar (G2);
- b) Solo rural – Espaço de floresta de proteção
- c) Zona de Proteção de Património Arqueológico – A01017;
- d) Reserva Ecológica Nacional – áreas com risco de erosão;
- e) Reserva Ecológica Nacional – cabeceiras de linhas de água;
- f) Domínio Hidrico;
- g) Área com licença de exploração de pedreiras.

4. Esta empresa apresenta valor de produção, na pedreira em causa, na ordem dos 300.000 €, prevendo-se que atinja os 400.000 € em 2018, e com faturação nos últimos dois anos a rondar o meio milhão de euros. Tem 34 postos de trabalho e prevê-se a criação de mais 4. Apresenta ainda preocupações na gestão ambiental e de qualidade, tendo obtido galardões de PME-Lider.

5. O plano proposto vem acautelar medidas de integração paisagística já defendidas pelos serviços técnicos municipais, pelo que se concorda, na generalidade, com o apresentado.

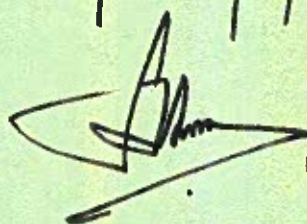
Proposta de decisão

6. Face ao exposto, e porque existe interesse, no nosso entendimento, de regularizar e impor medidas de minimização e apresentação de plano de recuperação paisagística, recomenda-se que a Assembleia Municipal reconheça o interesse público municipal, dado que em sede de conferência decisória do procedimento RERA será possível determinar as condições para laboração e integração paisagística da empresa.

A Chefe da DPRRU,

Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

Concordo com a informação emitida no rosto do flho.
Ao mesmo fim, fazendo, remeter ao Sr. Presidente
a Execução tendo em vista o submissão do referido
à Assembleia Municipal conforme previsto.



01 SET. 2017

DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO
António Zamith

(Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2015)

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Braga

21 JUL 2017
E/20763/2017 ✓

REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL (TIPO 2)

PROCº OBRAS Nº -----| Licença de Utilização Nº 617/93.

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

AGOSTINHO DA COSTA RIBEIRO & FILHOS LDA, Nº Contribuinte 504775944, Com Sede na RUA MARIA MARTINS, 14, Localidade ADAÚFE, Lugar da Eira Velha, Freguesia ADAÚFE, Município de Braga, Código Postal 4710 - 481 ADAÚFE Telefone 253675549, Fax 253 284 419, Email acrefilhoslda@gmail.com

2. NA QUALIDADE

☐ Proprietário ☐ Mandatário ☐ Arrendatário ☐ Usufrutuário ☒ Outro Cedência

3. LOCAL

Prédio sito no Lugar do Fojo, da freguesia de SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ, deste município, descrito no momento pelos seguintes prédios:

- i. Descrito sob o n.º 101 na Conservatória do Registo Predial de Braga, inscrito na matriz sob o n.º U 627 da União de freguesias de Sta. Lucrécia de Algeriz e Navarra, apresenta a área total de 3,288 ha, conforme certidão predial que se anexa – Anexo G;
- ii. Descrito sob o n.º 705 na Conservatória do Registo Predial de Braga, inscrito na matriz sob o n.º Rústico 3018 e 3025 da União de freguesias de Este São Pedro e São Mamede, apresenta a área total de 10,384 ha, conforme certidão predial que se anexa – Anexo G;
- iii. Descrito sob o n.º 171 na Conservatória do Registo Predial de Braga, inscrito na matriz sob o n.º Rústico 227 da União de freguesias de Sta. Lucrécia de Algeriz e Navarra, apresenta a área total de 7,65 ha, conforme certidão predial que se anexa – Anexo G;

4. OBJETO DO REQUERIMENTO

Vem por este meio requerer a Vª Exª a emissão de certidão da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, no âmbito da aplicação, com carácter extraordinário, do regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais e de exploração de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo, abrangidos pelo Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

CD Carado na Documentação e Anexos em 20/8/17

5. MAIS DECLARA QUE:

1 - O estabelecimento e ou exploração encontra-se em desconformidade da localização com:

- ☒ Instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares
- ☐ Servidão administrativa
- ☐ Restrição de utilidade pública

2 - O estabelecimento ou exploração integra-se na Indústria de:

- ☐ Tipo 1
- ☒ Tipo 2
- ☐ Tipo 3

3 - A tipologia de atividade é:

- ☒ Industrial
- ☐ Pecuária
- ☐ Operações de Gestão de Resíduos
- ☒ Explorações de Pedreiras

4 - O estabelecimento ou exploração desenvolveu atividade por um período mínimo de dois anos, encontrando-se o mesmo atualmente na situação de:

- ☒ Em atividade
- ☐ Com suspensão de atividade há menos de um ano. Se Sim especifique o prazo _____
- ☐ Com suspensão de atividade autorizada pela entidade licenciadora, por um período máximo de 3 anos. Se Sim especifique o prazo _____

PEDE DEFERIMENTO

Braga, 19 de Julho de 2017

Assinatura


ACB
JOÃO MANUEL REBELO
R. M. Mendes, 14 - Adufe - 4710-481 Braga
Tel. 253 676 549 Fax 253 280 411

CONFERI A ASSINATURA PELO B.I.

N.º 044849308/54/2020

Pago pela guia n.º 008/5154/2017

Visoria

6. DOCUMENTOS EM ANEXO

- ☒ Exibir Bilhete de Identidade /passaporte, cartão de contribuinte ou cartão do cidadão

Chave de acesso da certidão comercial permanente: 1231-8254-7562

- ☒ Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respetivas plantas de condicionantes, e da planta síntese do loteamento, quando aplicável

Apresenta-se em anexo extractos das cartas do PDM .

Ordenamento,
Condicionantes gerais,
Património Classificado e Inventariado,
Reserva Ecológica Nacional
Rede hidrográfica

- ☐ Extratos das plantas do plano especial de ordenamento do território (PEOT) nos casos aplicáveis

- ☒ Planta de localização e enquadramento à escala 1:25 000

Apresenta-se em anexo planta 1:25000

- ☒ Planta de delimitação da área do estabelecimento ou das explorações, incluindo no caso das pedreiras, a delimitação da área total de exploração e da área e defesa, bem como nos casos aplicáveis da área a ampliar à escala 1: 10 000 ou outra considerada adequada.

Junto se anexa planta de localização com limite da área total da pedreira a licenciar e respectiva zona de defesa. Atendendo à actual fase de estudo do processo de licenciamento, nomeadamente no que concerne a eventuais condicionantes que resultarão dos trabalhos arqueológicos a solicitar à DRCN, quer o plano de pedreira, quer o EIA, quer o PARP serão apresentados posteriormente na entidade coordenadora.

- ☐ Planta cadastral
- ☒ Memória descritiva com a identificação da atividade exercida, a superfície total do terreno afeta às atividades, área total de implantação e construção, caracterização física dos edifícios, número de lugares de estacionamento por tipologias e acessos ao estabelecimento ou às explorações.

Junto se anexa Memória Descritiva com a informação solicitada.

- ☒ O valor de produção de bens e serviços, por atividade económica desenvolvida no estabelecimento, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, que aprova a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3.

Apresenta-se em anexo memória descritiva com os elementos solicitados IES de 2015 e Modelo 22 de 2016.

- ☒ A faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos.

VBF (2015) = 804399 €, VBF (2016) = 879266 € - Na memória descritiva anexa apresenta-se a evolução deste indicador para os próximos dois anos.

- ☒ O número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local.

Apresenta-se em anexo memória descritiva com previsão de evolução do nº de postos de trabalho no estabelecimento nos últimos 3 anos e previsão para 2018.

- ☒ Caracterização sumária do estabelecimento ou exploração e breve historial sobre a sua existência, incluindo a indicação de ter sido iniciado ou não o processo de licenciamento e, em caso afirmativo, as razões que levaram à sua suspensão.

Apresenta-se em anexo memória descritiva com os elementos solicitados.

- ☒ A indicação do fundamento da desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, assim como dos impactes da manutenção da atividade.

Apresenta-se em anexo memória descritiva com os elementos solicitados.

- ☒ Fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo.

Apresenta-se em anexo memória descritiva com os elementos solicitados.

- ☒ Os custos económicos e sociais da desativação do estabelecimento e de desmantelamento das explorações.

Apresenta-se em anexo memória descritiva com os elementos solicitados.

- ☒ Outros elementos que o requerente considere relevantes para fundamentação do pedido.

Apresenta-se em anexo memória descritiva com os elementos que se julgam relevantes na fundamentação do pedido.